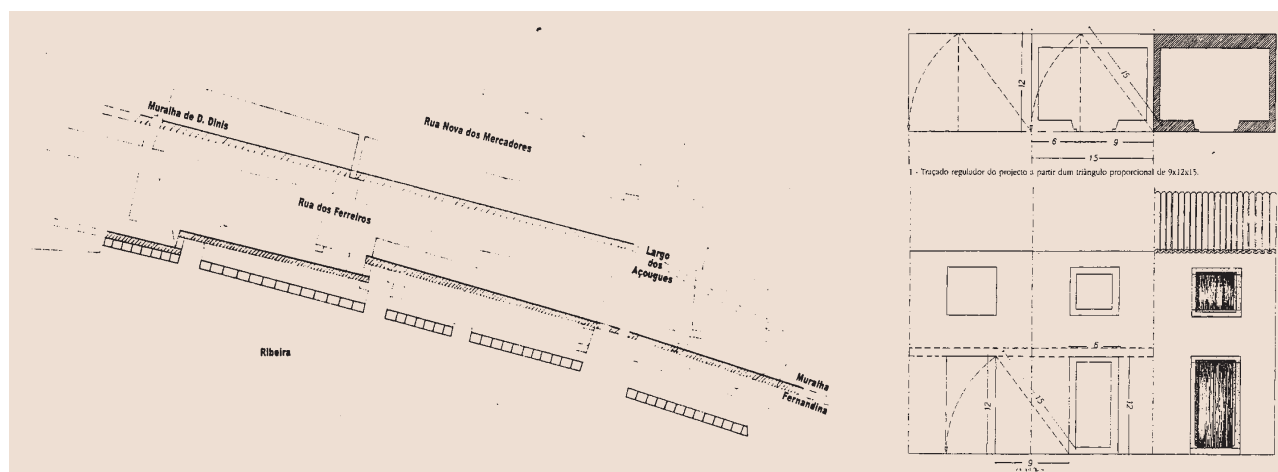


As reformas urbanas manuelinas e a implementação de uma arquitectura “regimentada” para a época moderna

Testemunho do dia-a-dia, das relações sociais e das formas de fazer, a arquitectura corrente, que se espalha por ruas e praças, é responsável pela morfologia das cidades, sendo um elemento fundamental da sua imagem urbana. O estudo desta arquitectura apresenta-se, porém, de investigação particularmente delicada, dada a escassez de dados documentais específicos que expliquem com rigor as origens e os parâmetros que a modelaram ao longo dos séculos.



Esquema de reconstituição da nova frente urbana da Ribeira, construída a partir do plano de reordenamento da cidade de Lisboa em 1498 (em cima)
Alçado, planta e traçado regulador do projecto das boticas da Praça da Ribeira, definidas no regimento de 1498 (em baixo)

Durante o reinado de D. Manuel, Lisboa conhece um processo de transformação urbana que determinará, duradouramente, a sua estrutura e a sua arquitectura. Incrementada a partir de dois grandes programas iniciados, respectivamente, em 1498 e 1513, a renovação manuelina de Lisboa integra-se num quadro de novas estratégias de administração e de gestão geo-política. Através de dois grandes programas urbanísticos, Lisboa estrutura-se como capital dum império marítimo, polarizada a partir dum

novo centro – a Ribeira. Como característica essencial e profundamente moderna, este centro afirma-se com uma vocação eminentemente cívica. Em articulação com este novo centro urbano mandam-se executar obras de reordenamento urbano nas ruas principais, passando a irradiar cinco novos eixos a partir deste centro. Sobressaindo deste grupo, a Rua Nova d’El-Rei nasce como nova entidade urbana, após uma série de demolições de edifícios que, ao estabelecer uma grande linha de penetração urbana

para o interior, vai possibilitar a consolidação dum novo núcleo de centralidade urbana no Rossio. Em paralelo com o estabelecimento duma nova centralidade urbana determinam-se reparações, tanto nas principais portas da cidade como nos mais importantes chafarizes, numa acção concertada que visualizava o espaço urbano da cidade num todo homogéneo, funcional e signifiante. Acompanhando todo este processo de grandes obras, entre 1498 e 1502, a Casa Real assina um vasto conjunto de



Conjunto urbano em Luanda-Angola



Conjunto urbano em Pangim-Goa

alvarás, provisões e cartas régias para a sua concretização. Deste discurso emergem lógicas formais de traçado urbano e de arquitectura de programa onde transparecem conteúdos estéticos e urbanísticos de vincada modernidade que irão perdurar nos séculos seguintes. Afastando-se duma atitude veiculada pela tratadística italiana, de tendência especulativa e neoplatónica, este discurso produzido para a reforma urbana de Lisboa é atravessado por uma vertente racionalista e programática afecta ao ambiente experimentalista dos Descobrimentos. Centralizado à volta do todo-poderoso secretário António Carneiro, o urbanismo é entendido por um grupo de altos funcionários régios nos seus múltiplos valores geopolíticos e económicos, de onde emerge uma clara preocupação pela justa medida, racionalidade de meios e estratégia que marcará toda a produção urbanística portuguesa dos séculos XVI e XVII.

UMA ARQUITECTURA YGUAL E BAIX

Em íntima relação com uma nova ideia de urbanismo, a documentação régia deste período revela a insistência em implementar na cidade de Lisboa uma arquitectura regulamen-



Edifício urbano em Silves-Algarve

tada com claras implicações na formulação de novas morfologias urbanas para a cidade.

Nas várias cartas ao Senado de Lisboa, com indicações para o reordenamento das ruas do centro, o secretário António Carneiro refere sistematicamente: "*para todas as casas ficarem yguais e por cordel*". Neste quadro, é fornecida para a Rua dos Ferreiros a indicação mais precisa, quanto à uniformidade do alçado da rua: "*ponhão todas [as casas] sobre arcos de pedraria e que fiquem todas as ditas balcoadas sobre os ditos arcos iguais sem hua sair mais que a outra nem ser mais alta que outra*". Esta referência evidencia que a formulação teórica desta arquitectura de programa implicava uma medida uniforme e rigorosa para as cêrceas dos alçados das ruas.

Pela análise das cêrceas e métricas propostas nos regimentos de obras, podemos concluir que estes conjuntos edificados correspondiam a um edifício urbano de apenas dois pisos, com estrutura de paredes em argamassa de pedra e cal, que se afasta do tipo de edifício medieval de estrutura de madeira com vários andares.


A este modelo de edifício manuelino, podemos acrescentar o uso de vãos normalizados com molduras em



Conjunto urbano em Ouro Preto-Brasil

pedra com a largura de um palmo, a sistematização de janelas de sacada em duplo quadrado de 6 x 12 ou 5 x 10 palmos, e janelas de peito de 6 x 4 palmos. De crucial importância para a imagem dos alçados dos edifícios, as varandas eram regulamentadas com uma sacada de pedra com 1 palmo e meio de saliência, solução que veremos ser mantida ainda na reconstrução de Lisboa Pombalina.

Estamos, no entanto, perante um modelo que assentava sobretudo numa lógica de métricas proporcionais e elementos arquitectónicos e de construção que se definia com uma inteligente flexibilidade formal. Divulgada por todo o País, esta arquitectura será propagada ao longo dos séculos XVI e XVII em todo o espaço do Império, dotando o urbanismo e as cidades portuguesas de uma imagem muito própria.

Na sua uniformidade, esta arquitectura regimentada estabelecia, ainda, um coerente enquadramento aos grandes edifícios públicos, igrejas e palácios que se recortavam na paisagem como elementos de pontuação urbana. Numa íntima relação entre edifícios de valor simbólico e corpo de morfologias urbanas, esta estética dotava, por fim, a cidade, ao mesmo tempo de vibração e de coerência formal, constituindo um dos seus valores estéticos mais notáveis. 

Notas: Uma versão mais desenvolvida do presente texto foi publicada na revista *História*, n.º 26, 2000, com o título "Reforma urbanística da Lisboa Manuelina. Início da escola moderna de arquitectura".

HELDER CARITA,
Arquitecto